



STF referenda por 9 x 2 afastamento de Ibaneis

Mendonça e Nunes Marques divergiram sobre cumplicidade do governador com atos terroristas

» FABIO GRECCHI
» HENRIQUE LESSA

Por 9 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal referendou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que afastou o governador Ibaneis Rocha do cargo pela falha na segurança pública, que permitiu que terroristas bolsonaristas descessem a Esplanada dos Ministérios para depredar as sedes dos Três Poderes. Exceto pelos ministros André Mendonça e Nunes Marques, todos os integrantes da Corte concordaram com o afastamento e as prisões preventivas do ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, e do ex-comandante-geral da Polícia Militar do DF, coronel Fábio Vieira.

A avaliação do relator, chancelada pela maioria dos ministros, é a de que Ibaneis, Torres — que é ex-ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro — e Vieira foram “coniventes” com os extremistas e ignoraram apelos de autoridades do governo federal para reforçar a segurança na capital federal. Foram vários os vídeos, feitos pelos próprios vândalos bolsonaristas, que circularam mostrando uma atitude no mínimo complacente da PM-DF com os terroristas. Um deles mostra um par de viaturas escoltando os criminosos que destruíram o STF, o Congresso e o Palácio do Planalto até a rodoviária do Planalto Piloto, próxima à Esplanada dos Ministérios.

Segundo Moraes, houve “omissão e conivência” da área de segurança e inteligência do DF. “O descaso e conivência do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e, até então, secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres — cuja responsabilidade está sendo apurada em petição em separado — com qualquer planejamento que garantisse a segurança e a ordem no Distrito Federal, tanto do patrimônio público (...) só não foi mais acintoso do que a conduta dolosamente omissiva do governador do DF, Ibaneis Rocha”, salientou Moraes.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Moraes passa pela destruição do STF pelos terroristas. Seu voto foi acompanhado pela maioria dos ministros



“O descaso e conivência do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e, até então, secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres (...) com qualquer planejamento que garantisse a segurança e a ordem (...) só não foi mais acintoso do que a conduta dolosamente omissiva do governador do DF”

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

Desproporção

No primeiro voto divergente, Mendonça considerou desproporcional a decisão de afastar Ibaneis. “A decretação de intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal, a meu ver, torna desnecessária a medida, que, aliás, reveste-se de extrema gravidade, pois aplicada em desfavor da autoridade máxima do Poder Executivo de unidade autônoma da Federação, cuja legitimidade democrática, inclusive, foi renovada por meio das eleições recém ocorridas”, observou.

Apesar de não acompanhar a maioria, Mendonça disse que isso não alterava “a necessidade de rigorosa apuração de sua responsabilidade”. Sobre as prisões de Torres e Vieira, o ministro defendeu que a Constituição “consagra o princípio da não culpabilidade” e que, por isso, a prisão preventiva “deve ser considerada como medida excepcionalíssima”.

O segundo voto divergente foi do ministro Nunes Marques. Para ele, “como se pode observar, para

a aplicação da medida cautelar de afastamento de função pública imposta ao Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, é imprescindível, além da existência de indícios consistentes de sua participação nos crimes a ele atribuídos, a análise da necessidade, adequação e proporcionalidade (em sentido estrito) da medida no presente caso concreto”.

Em outro trecho do voto, Nunes Marques salientou que “a negligência, ainda que grave, não é suficiente para a configuração do elemento subjetivo dos tipos penais em análise”. E não considerou que houve tentativa de golpe.

“E, especificamente no que concerne ao crime de terrorismo, cumpre salientar, ainda, que a ocorrência de atos políticos qualificados como ‘antidemocráticos’ não constam como motivação prevista nos estritos termos da Lei no 13.260/2016, que expressamente prevê que os delitos sejam cometidos a título de dolo e” por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião”.

Batalhão do Planalto terá rotina de treinos

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que, a partir de agora, o governo federal realizará, no Palácio do Planalto, rotinas periódicas de treinamento de pessoal para garantir a segurança. Ontem, houve reforço do Batalhão da Guarda Presidencial, ligado ao Exército, e da Força Nacional na sede do Executivo, durante a solenidade de posse das ministras Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e Anielle Franco (Igualdade Racial). Além disso, a Esplanada foi fechada para reduzir a circulação de pessoas e evitar a entrada de veículos, em meio a novas convocações de atos golpistas pelo país — que fracassaram.

“Será aplicado o reforço de segurança a cada momento que for necessário. E nós vamos implementar rotinas de ensaios, do mesmo jeito que na indústria se faz ensaio contra incêndio, treinamento de evacuação, serão feitas rotinas periódicas de treinamento de pessoal e de garantia da lei e da ordem e da democracia”, disse Costa.

Mas, ao ser questionado sobre a possibilidade de o governo estender a intervenção na segurança pública do Distrito Federal para além de 31 de janeiro, Costa descob versou e brincou: “Cada dia com sua agonia”. Em caso de intervenção nos estados, a Constituição não pode ser emendada,

Renato Alves/Agência Brasília



Defesa de Ibaneis jogou para Torres responsabilidade da tentativa de golpe

o que, em tese, atrasaria a agenda econômica.

A intervenção no DF foi decretada no último domingo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após golpistas invadirem os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. O decreto foi aprovado ontem pelo Legislativo.

Sabotagem

Já a defesa de Ibaneis entregou um memorial ao Supremo

Tribunal Federal (STF) em que afirma que a falha de segurança na Esplanada dos Ministérios, cujo resultado foi a depredação das sedes dos Três Poderes por terroristas bolsonaristas, aconteceu por causa de um ato de sabotagem. No entender de pessoas próximas ao governador afastado do DF, a afirmação representa que ele atribui toda a culpa pela facilitação da tentativa de golpe de Estado ao ex-secretário de Segurança e ex-ministro da Justiça e Segurança

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O ministro boa praça e os generais legalistas

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, é um político escolado e sagaz, capaz de conduzir negociações delicadas e manter o diálogo positivo em momentos de estresse, graças à sua fleuma de saquarema pernambucano. É conservador, experiente nas negociações com o Congresso e no relacionamento com a alta burocracia da República.

Boa praça, desconhece um inimigo figadal na política. Desde que assumiu, seu espírito conciliador com os bolsonaristas, inclusive com o ex-presidente Jair Bolsonaro, sofre o “fogo amigo” do PT, acirrado ainda mais por causa da avaliação equivocada de que os acampamentos à porta dos quartéis se dissolveriam espontaneamente.

Há no governo e fora dele os que desejam um ministro durão, para “enquadrar” as Forças Armadas, como se isso fosse possível numa canetada. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, não pensa dessa forma e o mantém no cargo, apesar do desgaste que Múcio sofreu por causa da invasão do Palácio do Planalto. A sede do governo deveria ter sido defendida pelo Batalhão de Guarda Presidencial, criado há 200 anos com essa finalidade, mas não foi o que aconteceu. Houve conivência dos militares.

Entretanto, o Exército sai mais desgastado do episódio do que o ministro da Defesa. Se compararmos com a situação anterior, nove fora o que houve no domingo, restabelecer o caráter civil do Ministério da Defesa e do próprio governo é um grande avanço.

Um balanço do que houve no domingo mostra, também, que o vandalismo bolsonarista resultou no fortalecimento de Lula, no alinhamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em defesa da democracia, e no repúdio aos golpistas de quase toda a sociedade civil. Mas há um grande ponto de interrogação: as Forças Armadas foram capturadas por Bolsonaro e seu projeto antidemocrático?

Aparentemente, não, apesar da antipatia dos militares em relação a Lula e do apoio majoritário ao projeto de reeleição de Bolsonaro. Prevaleceu a autoridade dos generais legalistas. Entretanto, o compromisso com a hierarquia e a disciplina foi mantido à custa da conivência dos militares com os protestos contra o resultado da eleição e do imobilismo diante do que ocorreu domingo.

Professor de História Moderna e Contemporânea da IFCS/UFRJ e de Teoria Política do CPDA/UFRJ, o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, num artigo publicado na revista *Brasil de Fato*, em janeiro de 2020, chamava a atenção para o aspecto de que os militares, mais de 30 anos após o fim do regime militar, “representam uma memória reconstruída pela direita nacional, cristã e dita patriótica, como repositório salvacionista-institucional” contra os movimentos populares e a esquerda, rotulados de comunistas e bolivaristas. Além disso, a expectativa “salvacionista” em torno dos militares transbordara para amplos setores da sociedade e grupos políticos.

Morrer na praia

“Trata-se, sem dúvida, de uma herança cesarista, com raízes em movimentos como o tenentismo, na Revolução da Aliança Nacional Libertadora, de 1934/35, ou nos regimes militares do tipo Juan Velásquez Alvarado (1968-1975) no Peru”, destacava.

Não se tratava, necessariamente, da presença física de elementos humanos unindo épocas — apesar do fato de o general Augusto Heleno ter sido ajudante de ordens do general Sílvio Frota, demitido do cargo de ministro do Exército pelo presidente Ernesto Geisel por ser contra abertura política do regime —, mas do “compartilhamento de memórias inventadas e da construção contínua da história através de entidades infra-institucionais, especialmente os colégios e escolas militares, as cerimônias e liturgias militares, as ordens do dia e entidades militares”.

“O papel da memória reconstruída, compartilhada e da liturgia corporativa são, neste processo, fundamentais”, destaca Teixeira. Graças a esse caldo de cultura, as manifestações de 2013 foram o catalisador do posicionamento político das Forças Armadas.

Os militares apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff, no bojo de um processo político de colapso econômico do governo petista e seu isolamento político, com a bandeira da ética predominando na política, em razão da Operação Lava-Jato. A contrapartida foi o restabelecimento do controle militar sobre o Ministério da Defesa, com a nomeação do general Joaquim Silva e Luna para o cargo pelo presidente Michel Temer, que assumira o poder.

O comandante do Exército à época, general Eduardo Villas Boas, cuja liderança na Força era indiscutível, na crise, resgatou e ressignificou o papel de tutela das Forças Armadas sobre as instituições republicanas, com o diagnóstico de “um país à deriva”. O ponto culminante desse protagonismo foi o seu famoso tuíte dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que não concedesse um habeas corpus a Lula, candidato favorito às eleições de 2018, que foi preso.

O grande beneficiário foi Jair Bolsonaro, cuja vitória representou a volta dos militares ao poder, pelas urnas. Nesse aspecto, a volta de Lula nas eleições de 2022 deixa a mesma sensação de “morrer na praia” da eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, em 1985.